



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira	Últimos	Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,68% São Paulo	127.804 15/2	R\$ 4,931 (-0,61%)	4,972 4,968 4,967 4,961	R\$ 1.412	11,15%	11,06%	Setembro/2023 0,26 Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42
0,17% Nova York	129.916 16/2 19/2 20/2						

CONGRESSO

Pauta econômica permanece travada

O presidente Lula reuniu ontem a equipe de articulação política para discutir projetos prioritários para o governo

» RAFAELA GONÇALVES
» VITÓRIA TORRES*
» ÁNDREA MALCHER

Depois da pausa do carnaval, o Congresso Nacional retomou nesta semana a rotina de votações, tendo a articulação com o governo em torno da pauta econômica como prioridade. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, informou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai se reunir ainda esta semana com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na pauta, estão a desoneração da folha de pagamento e mudanças no programa voltado para a retomada do setor de eventos.

Padilha afirmou que o governo está disposto a “dar continuidade às negociações que já foram iniciadas” em torno da polêmica medida provisória que reintroduz a cobrança da contribuição previdenciária de 17 setores da economia. “Não está descartada a iniciativa de mandar um PL em regime de urgência com o conteúdo dessa discussão [reoneração]. No ano passado, já fizemos isso com relação a outras MPs. Não está descartada, muito pelo contrário, essa possibilidade”, admitiu Padilha, após reunião no Palácio do Planalto, para discutir a agenda do governo no Legislativo em 2024.

O tema é motivo de uma queda de braço entre o Executivo e o Congresso desde o fim do ano passado, quando Lula vetou integralmente o projeto que estendia a desoneração da folha de pagamento. O argumento era de que a União perdia R\$ 9 bilhões em arrecadação com o incentivo que não se justificava, já que a

desoneração oferecida nos anos anteriores não havia resultado em maior geração de empregos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, em dezembro, a reoneração gradual com análise separada de cada setor. Por ter sido enviado em forma de MP, que tem aplicação imediata, ainda que precise de aprovação do Congresso em até 120 dias, a medida foi mal recebida por boa parte do parlamento.

Ontem, Padilha mencionou que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) também deve ser tratado no encontro com Pacheco, porque está gerando impactos negativos na economia. A descontinuação do programa, criado na pandemia para ajudar empresas prejudicadas pelo isolamento social, é um dos itens da MP. O encontro de alinhamento de Lula com o presidente do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e líderes de partidos da base governista deve acontecer amanhã.



Somos pioneiros no modelo de pagamento de contribuição previdenciária e fomos excluídos, sem nenhuma justificativa*

Fernando Pimentel, superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confeções (Abit)

Articulação

As entidades ligadas aos setores que estão na política da desoneração pressionam o governo para recuar em relação ao tema e se queixam da falta de diálogo. Seus representantes cumprem agenda hoje no Congresso, em busca de uma solução definitiva para a pauta.

Segundo o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confeções (Abit), Fernando Valente Pimentel, o setor têxtil e de confecção foi o mais prejudicado, pois foram excluídos da medida provisória que altera as regras para pagamento de impostos sobre os salários. “Somos pioneiros no

Correndo contra o tempo

Com ano legislativo mais curto, Congresso deve priorizar pautas econômicas

Regulamentação da reforma tributária

- Aprovada no fim do ano passado, a pauta prioritária volta a ser discutida a partir dos projetos de leis complementares, necessários para regulamentar a reforma.
- Trechos importantes, como as alíquotas do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o cashback para famílias de baixa renda e o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, precisam ter suas regras definidas por meio de leis complementares.
- Ao todo, pelo menos 71 dispositivos da reforma tributária precisarão ser regulamentados. Os projetos devem ser enviados ao Congresso até abril, quando se encerra o prazo para o grupo de trabalho do Ministério da Fazenda que discute o tema.

Reoneração da folha de pagamento

- Motivo de queda de braço entre o governo e o Congresso desde o fim do ano passado, o projeto revoga os benefícios fiscais que eram permitidos pela desoneração da folha salarial.
- A proposta de reonerar esses setores foi mal recebida por parlamentares e entidades e o governo busca agora uma alternativa para o texto. A pauta polêmica é considerada importante para aumentar a arrecadação, para que a União consiga alcançar a meta do déficit zero, prevista no Orçamento de 2024.

Medidas provisórias

- O Congresso Nacional retomou os trabalhos com 20 medidas provisórias (MPs) pendentes de votação. Dessas, 10 abrem créditos extraordinários para diversos órgãos públicos. Juntas, as matérias somam mais de R\$ 96 bilhões.
- A maior parte dos recursos está concentrada em apenas uma proposição: a MP 1.200/23, que destina R\$ 93,1 bilhões para a quitação de precatórios.
- A MP libera recursos para encargos financeiros da União e beneficia os Ministérios da Previdência Social; da Saúde; e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A matéria tranca a pauta de votações a partir de 15 de março e perde a validade em 29 do próximo mês.

Calendário para pagamento de emendas

- O governo prepara para as próximas semanas uma Medida Provisória que institui um calendário de emendas parlamentares para o ano de 2024. A MP é uma contraproposta ao veto ao cronograma da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- O assunto é politicamente delicado porque a liberação de recursos para obras nas bases eleitorais dos congressistas, por meio das emendas, é um dos meios pelos quais o governo obtém apoio para seus projetos no Legislativo.



Fonte: Agência Câmara

Valdo Virgo/CB/D.A Press

modelo de pagamento de contribuição previdenciária e fomos excluídos, sem nenhuma justificativa. Entendemos que uma

solução estruturante para o país é fundamental, mas precisa estar vinculada à agenda de competitividade do país, geração de

emprego e renda”, disse.

Pimentel destacou ainda que o setor têxtil está sendo duplamente afetado, com a isenção de

até US\$ 50 em compras internacionais. “Não há por que reonerar setores que sofrem uma concorrência brutal do exterior, que não tem o mesmo regramento e os mesmos encargos que nós temos dentro do nosso país, como é o caso da indústria têxtil e de confecção”, afirmou.

Na agenda de Haddad não consta encontro, nesta quarta, com entidades ou parlamentares para tratar da medida.

Reforma é prioridade

Como o ano legislativo será mais, por causa das eleições municipais, a polêmica precisa ser resolvida no 1º semestre. Depois, a agenda eleitoral vai tirar deputados e senadores de Brasília. As demais prioridades definidas pelo governo na corrida contra o tempo incluem a consolidação do orçamento público e a urgente regulamentação da reforma tributária. O ministro das Relações Institucionais confirmou que a ideia do governo é enviar os projetos de regulamentação até março, para cumprir o que determina a Emenda Constitucional da reforma. “Nossa previsão é que em março a gente já tenha uma proposta, que previamente vamos apresentar aos líderes da Câmara e do Senado e aos presidentes das duas Casas antes de encaminhar definitivamente para o Congresso”, disse Padilha.

Aprovada no fim do ano passado, a reforma precisa das leis complementares para regulamentá-la. Há pelo menos 71 dispositivos a serem analisados. Entre os pontos estão os itens da cesta básica que terão imposto zerado; o cashback para a conta de luz e o gás de cozinha; e o Imposto Seletivo sobre produtos nocivos à saúde ou ao meio ambiente. A reforma do imposto de renda para ampliar a faixa de isenção também deve ser destaque. A proposta foi uma das principais promessas de campanha do governo Lula e deve ser analisada pelo Congresso no âmbito da segunda fase da reforma.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Calendário para pagar emendas

» RAFAELA GONÇALVES

O governo pretende apresentar nas próximas semanas uma proposta de calendário para pagamento de emendas parlamentares. A moeda de troca para as negociações políticas deve turbinar a articulação para a aprovação das pautas prioritárias do Executivo neste semestre.

O calendário vai até julho, quando o governo ainda pode destinar recursos municipais antes das eleições para vereadores e prefeitos.

“O governo, através do debate com a Junta de Execução Orçamentária, quer apresentar, como sempre aconteceu, como fizemos no começo do ano passado, um calendário de empenho das

emendas individuais, das emendas de bancada, do conjunto dos recursos discricionários do Executivo”, disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O tema também é delicado porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024, que trazia um calendário para o pagamento de emendas. A proposta do relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), previa um incremento de R\$ 5,6 bilhões no valor de despesas da União destinado às emendas parlamentares de comissão este ano, além de fixar o pagamento integral do montante até 30 de junho. O trecho ainda colocava como crime de responsabilidade

o não cumprimento do cronograma da LDO.

A justificativa do governo para os vetos é que a definição de datas interferiria na gestão da execução orçamentária. O pagamento das parlamentares individuais e de bancada temática é obrigatório, mas o ritmo de liberação é definido pelo Palácio do Planalto, sendo um importante instrumento de barganha entre o Executivo e o Parlamento.

Com o calendário definido na LDO, a avaliação era de que negociações para votações importantes na Câmara e no Senado ficariam prejudicadas. “Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, quem determina, quem tem as condições, a prerrogativa de estabelecer um calendário de pagamento

é o Executivo”, afirmou Padilha.

Forte chegou a pedir, ontem, ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a convocação de sessão para análise dos vetos do presidente Lula à parte das emendas de comissão. O requerimento foi apresentado à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O governo tenta agora evitar a rejeição do veto pelo Congresso, o que restituiria a proposta original.

Padilha falou à imprensa ontem, após reunião do presidente Lula com os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), do Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e do Congresso, Raulo Rodrigues (Sem Partido-AP). O vice-presidente Geraldo Alckmin também participou.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Padilha promete um calendário para liberação de emendas